

# "NOVAMENTE AQUI EM UNIÃO": O GRUPO DE ORAÇÃO BEATA ELENA GUERRA E OS DEPUTADOS CARISMÁTICOS NO CONGRESSO NACIONAL

## "HERE AGAIN IN UNION": THE BEATA ELENA GUERRA PRAYER GROUP AND THE CHARISMATIC MEMBERS OF THE NATIONAL CONGRESS

Cristina Satiê de Oliveira Pátaro\*

Frank Antonio Mezzomo\*\*

Fabio Alexandro Sexugi\*\*\*

### Introdução

Brasília, quarta-feira, oito e meia da manhã. “Jesus! Teste, um, dois... Jesus, testando”: as interjeições repetidas pelo pregador de terno ao microfone para regular o som, ao lado de uma imagem de Nossa Senhora de Pentecostes<sup>1</sup>, enquanto dedilha acordes do hinário “Louvemos o Senhor”<sup>2</sup>,

indicam que a oração semanal vai começar. Ao contrário do que se pode imaginar, o local onde se dará a prece matinal não é Santuário Dom Bosco, com seus belíssimos muranos, nem tampouco a imponente Catedral projetada por Niemeyer, distante a pouco mais de 1 km do Congresso Nacional. Trata-se, na verdade, da própria Câmara dos Deputados. Engana-se, ainda, quem

\* Professora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento e do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – (Paranavai/PR/Brasil). Doutora em Educação. E-mail: cristina.pataro@unespar.edu.br

\*\* Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento e do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – (Paranavai/PR/Brasil). Doutor em História e História Cultural. E-mail: frankmezzomo@gmail.com

\*\*\* Mestrando em Sociedade e Desenvolvimento na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – (Paranavai/PR/Brasil). E-mail: exugi@gmail.com

1. Título mariano não canônico cunhado por Pe. Gilberto Maria Defina (SJS), fundador do Instituto Missionário Servos de Jesus Salvador, para designar uma imagem longilínea da Virgem Maria de túnica vermelha e manto azul (Defina, 2016). A devoção à Nossa Senhora de Pentecostes é popular entre os carismáticos paranaenses.

2. Livro de cânticos carismáticos publicado desde 1975 pela Associação do Senhor Jesus (ASJ) e atualizado anualmente.

pensa que o local escolhido para o louvor carismático nesse prédio público seja a aconchegante – e pouco conhecida – capela localizada no terraço em meio a um jardim suspenso. Não. Os católicos carismáticos do Congresso – três deputados e uma dezena de assessores – reúnem-se *religiosamente* toda semana num dos plenários, onde acontecem as discussões das comissões.

Como na maioria dos grupos católicos carismáticos do Brasil, o momento de louvor, que também dura cerca de uma hora, começa com o sinal da cruz, seguido do cântico n. 576 do “Louvemos”. Os primeiros versos, a propósito, sintetizam bem o que fazem os carismáticos na política: “Reunidos aqui só pra louvar o Senhor. Novamente aqui em união”. É que, de acordo com Machado (2016), enquanto os deputados evangélicos buscam demarcar território nos espaços de poder para fazer valer os direitos do segmento religioso que representam, os carismáticos veem na política e nas estruturas ligadas a ela um campo fértil para a evangelização, ideia compartilhada por Carranza (2000) e por Prandi e Valentin (1998). É preciso sopesar, no entanto, que, no Congresso Nacional, nem só da Palavra de Deus vive o “homem novo” (Ef 4,24), como costumam chamar a si os católicos adeptos da Renovação Carismática Católica (RCC): na busca das benesses do Estado, a conquista progressiva de cadeiras legislativas e o pacto com agentes políticos de grupos religiosos tradicionalmente rivais

demonstram que a tentação, pelo poder, de converter tais pedras em pães, com os quais se fartar, consumou-se. Essa leitura menos angélica da atuação política dos carismáticos é reverberada por Miranda (1999) e Silveira (2008). Aliás, sobre tal ponderação, importa perceber que a prática de proselitismo por carismáticos com mandato eletivo não torna sua atuação despreziosa politicamente ou imaculada quando comparada à de outros agentes públicos, como ressalva Procópio (2012, 2015).

Se já é tarefa difícil desembaralhar cientificamente a progressiva e interpenetrante relação religião e política, não terá sido menos complexa – ainda que instigante e prazerosa – a de percorrer os labirintos de tal fenômeno nas vísceras do Congresso Nacional: ele próprio, um conjunto intrincado de longos corredores e desvios sinuosos, próprio da arquitetura moderna, capaz de confundir até seus visitantes mais assíduos.

Nesse contexto – que mescla os caminhos do Planalto Central àqueles que ainda levam a Roma (LUNEAU; MICHEL, 1999) –, este artigo visa a analisar os encontros do Grupo de Oração Beata Elena Guerra (GO-BEG) – que, desde sua criação, em 2015, é realizado semanalmente e conta com a participação de deputados carismáticos –, no intuito de investigar as dinâmicas que atravessam a realização deste rito religioso na principal basílica da política nacional.

O grupo foi batizado com o nome da bem-aventurada Elena Guerra<sup>3</sup> (1835-1914),

3. “Apóstola do Espírito Santo dos tempos modernos”, como definiu João XXII na cerimônia de beatificação em 1959, a Beata Elena Guerra é venerada pelos carismáticos como uma precursora da Renovação Carismática Católica, uma vez que dedicou a própria vida à promoção da redescoberta católica do Espírito Santo.

religiosa italiana fundadora da Congregação das Irmãs Oblatas do Espírito Santo<sup>4</sup>, cujo carisma propõe uma valorização católica à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade e ao apostolado da imprensa: características comuns à Renovação Carismática Católica no Brasil, movimento ao que o grupo se vincula.

Como são transmitidos ao vivo pela internet por, pelo menos, um dos deputados carismáticos presentes – que serão relacionados mais adiante –, todos os encontros do GOBEG estão integralmente disponíveis no Facebook, plataforma social que serviu de base para a análise do objeto adotado. Para esta pesquisa, a propósito, selecionamos, como recorte ilustrativo desse fenômeno, os louvores realizados no mês de setembro de 2017, uma vez que nestes, de modo mais destacado que em outras ocasiões, aborda-se, entre cânticos e orações entusiasmadas, uma pauta recorrente no discurso de políticos cristãos brasileiros: a defesa do modelo patriarcal de família, formado por homem, mulher e filhos (BURITY; MACHADO, 2006; SILVEIRA; MORAES JÚNIOR, 2015). Ainda que intercalado a pautas conservadoras – como, por exemplo, a resistência à descriminalização do aborto –, o argumento da normatização da heteronormatividade ao núcleo familiar – véu sob o qual parte dos deputados religiosos encobre, senão uma “santa” homofobia, o combate à ampliação de direitos civis à população LGBT –, também figure esporadicamente em outros encontros, quer como pauta periférica a ilustrar trechos bíblicos, quer como temática central

a balizar os louvores, os realizados no mês de setembro de 2017 dão ênfase prioritária à “chamada família natural e o matrimônio cristão” (L'OSSERVATORE ROMANO, 2015), porque, nesse mesmo período, a Sé Apostólica recomendou a manutenção desse modelo familiar ao governo brasileiro, em vista da Revisão Periódica Universal (RPU) do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Dessa forma, tal recorte delimita os três encontros do mês, realizados nos dias 13, 20 e 27 de setembro de 2017.

Não obstante, não se negar que, para as ovelhas políticas do rebanho do Papa, a catequese dos colegas parlamentares seja uma motivação declarada e, quem sabe, até sincera, é patente que as imbricações que fomentam entre religião e política em Brasília revestem a suposta evangelização de uma conotação talvez menos augusta, mesclando obediência aos Mandamentos e manutenção dos mandatos, no melhor estilo Jesus-Genésio: a confusão, ou melhor, a fusão da militância religiosa à militância política não só tende a ser intencional, como precisa ser materializada e repercutida. É, pois, nesse contexto, que surgem e confirmam-se, semanalmente, os encontros do grupo de oração carismático no Palácio do Congresso.

4. A Casa Madre do instituto fica em Lucca, na Toscana. Além da Beata Elena Guerra, outra religiosavinculada à congregação também é venerada pela Igreja universalmente: Santa Gemma Galgani, canonizada por Pio XII em 1940, e que alegava ter experiências místicas.

## 1. O Grupo de Oração Beata Elena Guerra: militância religiosa e política dos deputados carismáticos

O grupo de oração da Câmara foi fundado em 27 de maio de 2015 pelo deputado paranaense Diego Garcia, do Partido Humanista da Solidariedade (PHS), eleito em 2014 pelo Ministério de Fé e Política (MFP) da RCC do Paraná, onde a vocação eleitoral dessa variante do catolicismo parece superabundar (SEXUGI et al., 2018). A cerimônia inaugural de instalação do grupo foi marcada por uma missa campal, com cerca de 20 participantes, presidida pelo bispo auxiliar da Arquidiocese de Brasília, Dom José Aparecido Gonçalves de Almeida, em frente à capela da Câmara. A celebração eucarística, de certa forma, representa um consentimento canônico à presença literal da Igreja Católica dentro do epicentro nacional do poder civil.

Para batizar o grupo, a escolha do nome da Madre Guerra, cujo relicário é proeminentemente exibido em todos os encontros de louvor do grupo, não foi casual: antes, pode indicar alguns porquês da ocupação de um prédio público para práticas carismáticas semanais. Assim, para compreender melhor as motivações da ofensiva religiosa nesse espaço público de poder, importa retomar, primeiramente, a personagem que empresta o nome ao grupo.

Mesmo desconhecida para a maioria dos católicos, a beata – título atribuído a quem a Igreja reconhece oficialmente, após processo de beatificação, como membro do Paraíso, autorizando seu culto público em dioceses específicas e em dadas congregações religiosas – é popular entre os carismáticos, que a consideram a autêntica fundadora da RCC, ainda que o movimento só tenha surgido cinco décadas após sua morte e bem longe da Itália, em 1967, nos Estados Unidos, durante um retiro universitário católico-metodista. Evocá-la como precursora desse catolicismo é uma forma criativa que os carismáticos encontraram para expurgar suas origens protestantes.

O sobrenome da religiosa também é providencial: Madre Elena Guerra lutou desesperadamente contra a progressiva laicização da sociedade italiana no final do século XIX, circunstância que comportou uma série de tensões<sup>5</sup> entre os governos do Vaticano e do Reino da Itália. A espiritualidade de parte da população abria-se paulatinamente, nesse cenário secularizante, a filosofias menos hierarquizadas, como as doutrinas kardecistas propagadas na Itália da sua época (RAVALDINI, 1993) pelo filósofo espírita Ernesto Bozzano (1862-1943) e pela médium Eusapia Palladino (1865-1918), cujos fenômenos paranormais atraíam a atenção da sociedade (Galati, 2013), incluindo a academia europeia e norte-ame-

5. Em 1874, o Papa Pio IX emitiu a disposição *Non expedit*, pela qual proibia que os fiéis italianos comparecessem às eleições convocadas para 27 de janeiro de 1861, considerando inaceitável a participação partidária dos católicos no Reino da Itália. O documento segue a linha do jornal de inspiração católica *L'Armonia*, que tinha se pronunciado pela abstenção católica por meio do artigo intitulado “Nem eleitos nem eleitores”, de 7 de janeiro do mesmo ano.

ricana e parte curiosa do clero. As armas utilizadas pela religiosa para combater o abandono à fé católica eram duas apenas: o rosário e a caneta. Além de rezar, Guerra publicou inúmeras obras de fácil leitura, incentivando os fiéis a experimentarem o que chamou de “Novo Cenáculo”, isto é, uma experiência pessoal com o Paráclito, e emitiu, impacientemente, 13 cartas ao Papa Leão XIII, como que exigindo de Roma a recondução da Igreja ao Espírito Santo que, para ela, era mais que um vocativo pronunciado mecanicamente enquanto se toca os ombros no sinal da cruz.

Dessa maneira, é possível conjecturar que os idealizadores do Grupo de Oração – os deputados carismáticos –, ao elegê-la patrona, sinalizam a intenção de encampar uma guerra contra a secularização – e, por que não dizer, contra a laicidade do Estado –, e pela propagação de um modelo específico de catolicismo que ressignifica a relação do fiel com o Espírito Santo e o protagonismo do leigo que, no caso dos referidos deputados, age na vida religiosa e política, ou ainda, sacralizando o espaço da política (LENHARO, 1986).

Assim, o nome desse Grupo de Oração representaria, sob essa ótica, uma reafirmação de um catolicismo moralmente combativo que se pretende difundir à sociedade a partir dos principais núcleos de poder, como temos visto desde a redemocratização do Brasil (1985), que deu abertura à escalada eleitoral de diversos agentes religiosos evangélicos e carismáticos (CARRANZA, 2000; MACHADO, 2006; MIRANDA, 1999).

À diferença, entretanto, do combate a

religiões concorrentes próprio da trajetória da santa, esses carismáticos do Congresso, em diversas ocasiões, encontram nos parlamentares evangélicos – e mesmo nos espíritas – importantes aliados, sobretudo, no combate à descriminalização do aborto e a arranjos matrimoniais diversos do modelo cristão tradicional. Dessa dissimilitude verificada no tratamento dispensado às outras religiões, é possível ler uma ratificação – já aludida – de que os deputados carismáticos evangelizam, *ma non troppo* – como talvez dissesse a beata italiana – ou, quem sabe, *ma non solo*. Na verdade, a presença e a permanência dos carismáticos e de suas pautas no núcleo do poder no Brasil não se garantem apenas por rezas, ainda que fervorosas: antes, exigem boa dose de astúcia, alianças robustas e outras estratégias não propriamente sagradas.

Outro fato interessante relativo ao empreendimento carismático-político tem a ver com o público-alvo: se o GOBEG conta com a presença física de pouco mais de dez pessoas por semana, milhares de carismáticos acompanham ao vivo – ou *on demand*, já que os vídeos ficam disponíveis após as transmissões – as pregações pelo Facebook e pelo YouTube, nas páginas oficiais dos três deputados carismáticos do Congresso: Diego Garcia (PHS/PR), Flavinho (PSB/SP) e Eros Biondini (PROS/MG) – os dois últimos, cantores da Comunidade e Gravadora Canção Nova – que atuam como protagonistas nos louvores, ministrando pregações e cânticos e, como demonstra a Imagem 1, praticando dons espirituais tão comuns ao universo dos evangélicos.

Imagem 1: Os três deputados carismáticos no Grupo de Oração Beata Elena Guerra



Fonte: @DIEGOGARCIADPUTADO, 2017a.

Os louvores – termo pelo qual se convencionou denotar a liturgia católico-pentecostal realizada pela RCC ali e, desde há exatos 50 anos, na maioria das comunidades paroquiais do Brasil – seguem um mesmo roteiro, ainda que variável e flexível: mensagem de acolhida e sinal da cruz cantado; oração inicial fervorosa com petições espontâneas, quando costuma se prenunciar a temática da celebração; momento dito “de perdão” – ato penitencial *sui generis* seguido de cântico de contrição –; oração de renúncia – uma espécie de exorcismo sem fórmula pronta –; súplicas ao Espírito Santo – em português ou “em línguas”, como os carismáticos se referem à glossolalia religiosa –; pregação da Palavra, por meio da qual se faz a leitura e a interpretação querigmática do Evangelho ou de outro trecho do Novo Testamento; e uma oração dirigida à Nossa Senhora, a que

se segue um cântico mariano, com o qual se costuma encerrar a cerimônia. Exceto pela pregação da Bíblia – que, no grupo de oração brasileiro, fica a cargo do deputado Diego Garcia –, toda a celebração é conduzida por um animador, que pode ser o próprio violonista, figura basilar nas práticas carismáticas. No GOBEG, tal ministério – nome dado aos serviços pastorais da RCC – é compartilhado pelos deputados-cantores Flavinho e Eros Biondini.

A bilocação simultânea do grupo carismático no Congresso Nacional e nas mídias sociais<sup>6</sup> sinaliza onde a Igreja Católica precisa estar para potencializar o enfrentamento a pautas não cristãs que circulam nesse espaço público. É que, se as novas mídias “convencem mais cabeças do que o padre lá no altar”, como já previa o pioneiro da música católica nacional, Pe. Zezinho, décadas atrás (OLIVEIRA, 1990), anunciar os

6. O uso de plataformas sociais para o anúncio da mensagem católica não é exclusividade dos leigos carismáticos, mas é amplamente usado pela alta cúpula católica: em 12/12/2012, solenidade de Nossa Senhora de Guadalupe, Bento XVI tornou-se o primeiro papa a comunicar-se com os fiéis via Twitter (SPECIALE, 2012). Francisco, por sua vez, é o primeiro dos sucessores de Pedro no uso do Instagram, e continua tuitando em oito idiomas nas contas @Pontifex que, em 2017, ultrapassaram a marca dos 40 milhões de seguidores (EFE, 2017).

valores cristãos pela *live streaming* é uma exigência, uma atualização do mandamento de Cristo para proclamar sua mensagem “sobre os telhados” (Mt 10,27). Mais que isso: unindo o útil ao agradável, o emprego dessas mídias pelos pregadores parlamentares converte-se também num instrumento relevante de autopromoção junto às bases eleitorais, que podem examinar, onde quer que estejam, a atuação de seus maiores na catequização do Congresso Nacional e de suas leis.

Ao transmitirem em tempo real suas pautas políticas – geralmente conservadoras – embrulhadas por discurso querigmático e reteté à católica, os deputados criam

uma conveniente ferramenta “de penetração no público/eleitorado desejado, o que faz vigorar um sistema de trocas”, atuando no sentido de “conquistar adesões por meio de compromissos criados por sua própria ação na época da política” (PALMEIRA; HEREDIA, 2006, p. 52; 48). Por isso, não será falta de etiqueta responder pelo celular, durante as pregações, a comentários elogiosos ou a pedidos de oração que os fiéis postam durante as transmissões, como se percebe pelas réplicas registradas nos *posts* pelos próprios parlamentares nessas ocasiões e como parece demonstrar a Imagem 2, flagrando três deles prestando mais atenção ao *smartphone* que ao sermão.

Imagem 2: Deputados usando o celular durante a pregação



Fonte: @DIEGOGARCIADPUTADO, 2017a.

É importante salientar que, assim como nos grupos convencionais de oração das paróquias, a temática recorrente das pregações do GOBEG é o querigma, ou seja, o cerne da mensagem cristã inaugurada pelo apóstolo Pedro no dia de Pentecostes: “A este Jesus, Deus o ressuscitou: do que todos nós somos testemunhas” (At 2,32). Por essa razão, no grupo carismático da Câmara, mesmo assuntos temporais, como o da família tradicional, são apresentados aos fiéis dentro desse invólucro místico, excelso, do qual pode ser lida uma diligência em legiti-

mar, no imaginário dos fiéis-eleitores, tanto as pautas cristãs quanto os seus defensores, que detêm, dessa forma, não apenas um mandato político, mas uma espécie de procuração divina do Ressuscitado.

Não foi diferente no primeiro encontro do grupo em setembro, ocorrido no dia 13, uma vez que na véspera do feriado da Independência os deputados já estavam em recesso. Nessa ocasião, sob o olhar piedoso de rostos emoldurados na parede – não de santos, mas de pecadores canonizados pelas urnas: Geddel Vieira Lima, Moreira Fran-

co, Jader Barbalho e Gilberto Kassab – o momento de louvor teve início com o sinal da cruz e um cântico conduzido pelo deputado Flavinho. Nesse dia, estavam presentes, além de alguns funcionários da Casa, parlamentares que, com outros deputados e senadores, integravam, naquela legislatura, a Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana<sup>7</sup>: Joaquim Passarinho (PSD/PA), Givaldo Carimbão (PHS/SE) e Hugo Leal (PSB/MG), além dos três deputados carismáticos. A celebração, transmitida em tempo real pelo Facebook, continua disponível na página oficial de Garcia, com 254 curtidas e 62 compartilhamentos, e na de Flavinho, com 928 curtidas (embora cinco delas sejam negativas) e 251 compartilhamentos.

A pregação, conduzida pelo deputado Diego Garcia – que parece assumir a condição *primus inter pares* sobre os colegas religiosos –, teve como mote o capítulo 3 da Carta aos Colossenses, uma exortação paulina para que se busque “as coisas lá do alto”, em detrimento daquilo que é “terreno: a devassidão, a impureza, as paixões, os maus desejos” (Cl 3,1-5). Como exemplo contemporâneo dessas coisas cá de baixo, Garcia falou, ao final da pregação, dos

acontecimentos que tivemos lá no Rio Grande do Sul, da exposição de arte que de arte não

tem nada. Levando por onde passou crianças ali. Colocaram numa situação essas crianças. Quero entender que os professores, ao levar, levaram sem conhecimento do que estava acontecendo naquela exposição. Mas se levaram de forma intencional, o mal que criaram pra essas crianças, pras famílias, pras pessoas. E a gente para pra pensar e quer entender: será que é verdade mesmo? [...] Porque nem nós queremos acreditar que de fato estas coisas estão acontecendo. (@DIEGOGARCIADeputado, 2017a).

O parlamentar fazia alusão à Mostra “Queermuseu”<sup>8</sup>, patrocinada pelo Grupo Santander e cancelada após protestos do Movimento Brasil Livre (MBL) e coletivos religiosos, por expor ao público obras de cunho erótico: nada, porém, tão voluptuoso e carnal quanto os celeberrimos afrescos de Michelangelo na Capela Sistina, que já testemunharam 49 conclaves desde sua conclusão em 1512.

A julgar pelos comentários postados por seguidores dos deputados durante as *lives* desse louvor, os quais registraram exclusivamente pedidos de oração, é possível inferir que, ou os expectadores não assistem à íntegra da cerimônia – o que supomos ser mais provável –, ou então não partilham totalmente da mesma indignação do pregador.

7. A chamada Bancada Católica é formada por 215 deputados e cinco senadores (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015), dos mais variados partidos e estados, podendo ser considerada a maior bancada religiosa da Legislatura 2015-2018.

8. A polêmica exposição, que entrou em cartaz em 14/08/2017 no Santander Cultural em Porto Alegre, foi fechada após coações presenciais de manifestantes contra visitantes e protestos nas redes sociais, encabeçados pelo MBL e aderidos por grupos fundamentalistas contra a suposta promoção de blasfêmias, zoofilia e pedofilia (VILANI, 2017).

A abordagem conservadora iniciada por Garcia tematizou o encontro e precedeu a fala do deputado católico Hugo Leal que, após uma espécie de canto final – do que se presume que o momento de louvor tivesse cessado – tomou a palavra para, brevemente, e com sussurro próprio dos confessionários, acusar a desobediência do Governo Temer em relação ao Papa Francisco, uma vez que o Itamaraty, no dia anterior, 12 de setembro – festa litúrgica do Santo Nome de Maria – rejeitou formalmente a recomendação da Sé Apostólica que pediu na ONU a proteção dos nascituros e do casamento tradicional, formado por marido e mulher:

Essa semana nós fomos surpreendidos por uma decisão da embaixada brasileira na ONU e que faz, em termos de revisão periódica, do Conselho de Direitos Humanos, que entendeu de rejeitar um dos pontos – que é um ponto importante – que era uma sugestão do Vaticano. O Vaticano é um estado, então participa também da ONU. Dentro de várias sugestões, 243 sugestões, o Brasil só criou exceções em quatro. Dessas quatro, uma delas que é, o número é 136.99, é a que fala da família. E aqui o texto basicamente é “Continuar a proteger a família natural e o casamento, formado por marido e mulher, como a unidade fundamental da sociedade, e também os nascituros”. [...] Não pode! (@DIEGOGARCIADPUTADO, 2017a).

Uma das discretas reações – senão a única – do referido grupo de parlamentares tem a ver com a elaboração de um documento, assinado pelos deputados católicos já mencionados, mas também por lideranças evangélicas, como os deputados Takayama (PSC/PR), o Pastor Marco Feliciano (PSC/SP) e Pastor Lincoln Portela (PRB/MG), num clássico exemplo de ecumenismo de ocasião. Há de se registrar, nesse sentido, o fato de que os líderes evangélicos, geralmente intolerantes em relação ao culto aos santos e à veneração às imagens sacras – praticados no GOBEG, que presta louvor a uma relíquia de primeiro grau, isto é, a um fragmento de osso de Madre Guerra, além da deferência a uma estatueta da Virgem Maria –, por considerarem tais práticas como idolátricas, tendem a ser mais indulgentes e flexíveis a elas quando se dão dentro do Congresso<sup>9</sup>. Aqui, cabe ressaltar o importante papel da atuação política dos deputados carismáticos que, diversamente do que costuma acontecer em ambientes eclesiais ordinários, não mais apenas toleram os evangélicos, mas fazem deles parceiros prestigiados e benquistos na partilha da liderança pela moralidade pública: credo social comum a parcelas expressivas de evangélicos e carismáticos.

No texto endereçado a Michel Temer, lido nesse encontro do GOBEG, os parlamentares

9. Um exemplo dessa tolerância intramuros se deu na sessão plenária do Senado de 18 de outubro de 2017, dia de Grupo de Oração. Nela, o senador e ex-pastor batista Magno Malta (PR/ES) protagonizou uma defesa acalorada e surpreendente da imagem de Nossa Senhora Aparecida que, em sua opinião, teria sido vilipendiada numa performance artística por um ator nu. Sua defesa foi referendada pelo colega Eduardo Lopes (PRB/RJ), bispo da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), numa iniciativa inimaginável na década de 1990.

pedem uma mudança de postura do Ministério das Relações Exteriores, para que o documento seja modificado, de modo a não haver mais o que chamam de “excepcionalização” das recomendações papais. Sendo assim, para esses deputados – em especial, para os católicos – a locução latina medieval “*Roma locuta, causa finita*”<sup>10</sup> deveria valer também para assuntos governamentais.

Essa defesa inflexível pelos deputados religiosos das recomendações da Sé Romana às Nações Unidas não reflete o pensamento, por exemplo, da CNBB, que sequer posicionou-se sobre o caso. Mais: destoa até mesmo da maleabilidade inclusiva inaugurada pelo papa argentino, em que pese sua preocupação, segundo Almeida (2013), mais em estancar a debandada de fiéis, que propriamente em repensar posicionamentos morais da mais antiga instituição da humanidade ainda em funcionamento.

Seja como for, a resistência desses parlamentares religiosos – que, a propósito, aprovaram consensualmente o *impeachment* de Dilma Rousseff – parece tímida e pouco explorada em plenário, o que soa quase como um *mea culpa*: talvez porque nem a ex-presidenta, acusada pelos religiosos de defender pautas anticristãs e impichada com o voto eloquente dos três carismáticos, ousou contrariar do Vigário de Cristo nessa seara. Isso não significa, entretanto, que o rechaço à decisão da diplomacia brasileira limitou-se à exposição constrangida e resmungada da situação aos expectadores do grupo de oração. Na verdade, ao longo daquela se-

mana, houve uma mobilização dos parlamentares religiosos, no sentido de pressionar o presidente a anular a insubordinação do Brasil ao papado e amenizar o mal-estar vivenciado desde então.

Isso é revelado no encontro da semana seguinte, em 20 de setembro, quando o grupo de oração voltou a repercutir o caso. Dessa vez, as páginas de Flavinho e de Eros Biondini transmitiram ao vivo o encontro pelo Facebook, recebendo 835 reações e 186 compartilhamentos, na postagem de Flavinho, e 932 curtidas e 228 compartilhamentos, na de Biondini (@EROSBIONDINI, 2017). Ausente o fundador e pregador oficial, coube ao cantor Eros Biondini, que presidia a cerimônia, defender a família tradicional. Novamente, os comentários postados nessa *live* ignoram a temática pregada, repetindo pedidos de oração. Após a invocação trinitária e a recitação do Salmo 90<sup>11</sup>, Biondini deu um testemunho sobre sua conversão pessoal e animou o grupo com cânticos de louvor, relatando ao final os desdobramentos do revide católico à rebeldia de Temer:

O governo federal infelizmente tinha cometido um grande equívoco. Foi um dos poucos países na reunião da ONU que se opôs às proposições do Vaticano que tratava sobre a família. E aí o Hugo Leal imediatamente iniciou um grande movimento. Às vezes achamos que somos poucos e somos fracos. Isso não é verdade. Davi venceu Goliath. Hugo Leal nos mobilizou, nós fomos até o presidente e, quase que humildemente, exigimos que se mudasse essa decisão

10. Em livre tradução: “Roma falou, assunto encerrado”.

11. Salmo 91 nas versões traduzidas a partir dos originais, e não da Vulgata.

de não aceitar [a posição católica] na ONU. Um grande vexame! E então o presidente, pelo que eu vi ontem, voltou atrás, nos atendeu, e o Brasil agora acata aquilo que o Vaticano [recomendou] na ONU pra nós. Vamos aplaudir? (@FLAVINHO, 2017).

Se os aplausos eram para o papa ou para o presidente, só Deus sabe. Seja como for, o fato é que, ao contrário do que garantiu Temer, o Brasil manteve sua decisão inicial, apesar das pressões conservadoras. A embaixadora do país em Genebra, Maria Nazareth Farani Azevedo, disse na ONU que “o Brasil reitera que vai continuar a proteger famílias compostas por um homem e uma mulher, assim como protege todas as famílias, de acordo com as legislações brasileiras e das decisões do Supremo Tribunal” (CHADE, 2017).

A mobilização dessa vez foi frustrada, mas vale para demonstrar que o grupo de oração dos deputados carismáticos não serve “só pra louvar o Senhor”, como sugere o cântico inicial: antes, é um espaço apropriado para elencar pautas, organizar estratégias, firmar alianças e divulgar tudo isso às bases, em tempo real, pelo celular.

A propósito, não raras vezes, as *lives* transmitem também exaltação a feitos epopeicos dos deputados carismáticos em defesa da família: eles mesmos dão testemunho da própria humildade, ostentando com modéstia virtudes heroicas, numa mescla paradoxal de recato e pavoneio, próprios do casamento da fé com a política.

Isso aconteceu no último encontro de setembro do GOBEG, realizado no dia 27. Foi animado pelo deputado Flavinho, que iniciou o louvor com o cântico “Reunidos Aqui” e com uma oração espontânea, realizada de olhos fechados, enquanto continua dedicando os acordes da música e entre onoma-

topeias glossolálicas da oração dos presentes. Concomitantemente, o deputado paulista interpela a divindade e divulga os encontros semanais do GOBEG: “Louvado sejas, Senhor, por estarmos aqui nessa manhã, como em todas as quartas-feiras no nosso Grupo de Oração Beata Elena Guerra, onde nós temos a oportunidade de aqui, Senhor, nesse espaço, louvar e bendizer o teu santo Nome” (@DIEGOGARCIADPUTADO, 2017b).

Findo o férvido introito, transmitido ao vivo pela página dos três deputados (a de Diego, com 204 curtidas e 63 compartilhamentos; a de Flavinho, com 968 curtidas e 297 compartilhamentos; e a de Eros, com 524 curtidas e 92 compartilhamentos), Flavinho anuncia o momento da partilha bíblica. Como a pregação seria conduzida por Diego Garcia, seu colega Biondini impôs as mãos sobre seus ombros, como que pedindo inspiração divina à iminente pregação.

Como de costume, a pregação de Garcia começou com uma leitura bíblica, cuja temática foi exemplificada com testemunhos pessoais. O trecho escolhido foi a libertação do cárcere em Roma de Paulo e Silas (At 16) que, mesmo após terem sido açoitados em praça pública, continuavam cordiais até mesmo para com seus carrascos. O episódio neotestamentário serviu de mote para que Diego se recordasse de “arranca-rabos” rotineiros que mantinha com a deputada Érika Kokay (PT/DF), quando atuou como relator do projeto de lei que propunha a criação do Estatuto da Família, em 2015. Percebe-se, na sua fala, uma instrumentalização política da pregação religiosa, numa clara tentativa de apresentar a si mesmo como o mocinho da história.

No seu relatório, Diego Garcia – que, a julgar pela defesa, sob uma leitura fundamentalista de pautas conservadoras, aparenta ser “mais papista que o papa” (FRAN-

CISCO, 2017) – conceituou família como a união entre um homem e uma mulher, mediante casamento ou união estável, ou ainda o núcleo familiar formado por um dos genitores com os filhos. A deputada petista, que defendia a inclusão de modelos familiares homoafetivos na definição do termo, considerou o relatório como retrógrado e uma forma de institucionalizar a homofobia. Em resposta ao portal G1, Diego afirmou que o projeto de lei apenas “valoriza a família, base da sociedade, e cria algo inovador, porque, desde 1988, o Congresso Nacional vinha se calando, se omitindo a respeito da família. E hoje estamos dando um grande avanço com essa discussão” (CALGARO, 2017).

Como os dois polarizavam as discussões na comissão, foram tornando-se mutuamente hostis também fora das reuniões. É então que o deputado carismático revela sua estratégia de reconciliação com a rival, sem, contudo, nominá-la, comparando sua atitude à afabilidade de Paulo aos romanos:

Na época do Estatuto da Família, tinha uma deputada aqui que a gente discutia muito, muito. E aquilo me incomodava, porque a gente cruzava no corredor, um não olhava na cara do outro, porque saída daquele ranço da comissão já... E daí eu falei: “Não! Não tá certo isso. Uma coisa é eu discutir ideias aqui, eu não concordo com as ideias dela e ela não concorda com as minhas ideias; outra coisa é eu não olhar na cara dela”. [...] Aí um belo dia veio a minha família toda pra cá, a [nome da filha] ainda bebezinha, e eu estava na comissão com essa deputada, e ela tava saindo e nem olhando na minha cara. A hora que ela me viu, ela virou a cara

assim ó, e eu falei: “deputada!” e ela voltou. Eu falei: “eu quero te apresentar a minha família: tá aqui a minha esposa”. Eu já tinha combinado com a Bia: “a hora que eu apresentar, você abraça e beija”. [...] Aí a Bia chegou: “deputada, que prazer te conhecer!”, e abraçou e beijou ela. [...] Aí quando a Bia largou, eu falei: “e essa aqui é a minha filha”, e coloquei no colo dela. Aí ela ficou toda desconcertada. Ela perdeu o rebolado. Aí eu olhei pra ela e falei: “esse é o motivo de eu brigar e defender tanto a família”. (@DIEGOGARCIADPUTADO, 2017b).

Essa exaltação “despretensiosa” de suas virtudes pacificadoras, em meio a uma “liturgia” católico-carismática acompanhada on-line por milhares de eleitores em potencial, tem a finalidade de mostrar a si próprio como “todo piedade, todo fê, todo integridade, todo humanidade, todo religião; e nada existe mais necessário de ser aparentado do que esta última qualidade” (MAQUIAVEL, 2012, p. 156). Tais autotestemunhos também costumam ser dados pelos demais parlamentares da RCC em Brasília nesses encontros, especialmente, quando as pautas morais são evocadas.

A propósito, a defesa da família tradicional e da vida intrauterina – aqui aludida apenas com o intuito de matizar o teor do pensamento carismático, que também se expressa politicamente nos louvores do grupo – tem sido uma bandeira comum dos deputados carismáticos, dentro e fora do grupo de oração. Para tanto, encontram respaldo na mais recente versão do Catecismo da Igreja Católica, o “YouCat”<sup>12</sup> (abreviação de *Youth Catechism of the Catholic*

12. O prefácio foi escrito pelo Papa Bento XVI. Aproximadamente 700.000 cópias do Youcat foram distribuídas em 13 línguas diferentes em nome do Papa durante a Jornada Mundial da Juventude 2011 em Madri.

*Church*): “Ela [a Igreja] não quer tutelar a política ou a economia; mas quando, na política e na economia, a dignidade humana é ferida, a Igreja tem de se intrometer” (YOUCAT, 2011, parágrafo 438). Assim, o GOBEG é um fruto dessa intromissão católica na política, agudizada no Paraná, a partir de 2014, pelo Ministério de Fé e Política: subórgão desse catolicismo que visa à inserção de membros nas casas parlamentares, controlando-os colegiadamente por uma instância chamada “conselho de man-

dato”, composta por lideranças leigas carismáticas, a quem se deve prestar obediência como a Cristo (SEXUGI et al., 2018).

Além da abordagem a temas moralmente conservadores já mencionados, o que chama também a atenção é o fato de que uma repartição da Câmara seja usada semanalmente como templo. Não só a sala fica à disposição dos religiosos: também os funcionários do local, como demonstram as Imagens 3 e 4.

Imagem 3: Garçom servindo água no louvor do dia 13/09/2017



Fonte: @DIEGOGARCIADPUTADO, 2017a

Imagem 4: Funcionário trabalhando no louvor do dia 20/09/2017



Fonte: @FLAVINHO, 2017.

Até que ponto é lícito que as estruturas e os recursos públicos sejam destinados à realização de um evento que é específico de um determinado grupo privado? Quaisquer que sejam as respostas, o fato é que o uso do parlamento para finalidades religiosas não é uma invenção carismática: antes dos parlamentares comungantes da Bíblia Ave-Maria<sup>13</sup>, os adeptos da Bíblia João Ferreira de Almeida<sup>14</sup> – isto é, os evangélicos – utilizam esporadicamente as salas da Câmara para seus cultos desde a Legislatura anterior (2011-2015), o que rendeu diversas reclamações de cidadãos junto à ouvidoria da Casa (CORRÊA, 2012). De tão numerosas, as manifestações fizeram com que a Câmara dos Deputados disciplinasse a cessão dos plenários para a realização de cerimônias religiosas:

- a) Os horários das atividades não-legislativas/administrativas não devem coincidir com o uso dos plenários para as atividades das Comissões, Lideranças Partidárias, Frentes e Bancadas Parlamentares ou outros órgãos legislativos e administrativos da Câmara dos Deputados.
- b) A solicitação da reserva dos plenários para atividades não-legislativas/administrativas deve ser feita semanalmente – isto viabiliza a priorização dos órgãos legislativos e administrativos da Casa.
- c) O uso dos plenários para atividades não-legislativas/administrativas não pode acarretar despesas para a Câmara dos Deputados. Da mesma maneira, as atividades não podem ser

realizadas fora do expediente da Casa, pois isto acarretaria despesa adicional com pessoal.

d) O som utilizado durante atividades não-legislativas/administrativas não deve prejudicar as atividades locais de trabalhos vizinhos.

e) O plenário deve ser utilizado na forma como é disponibilizado, não sendo autorizada modificações das características arquitetônicas dos plenários (como a retirada do mobiliário, alteração da pintura, carpete ou qualquer outra alteração). (CORRÊA, 2012).

Mesmo assim, os parlamentares que não representam segmentos religiosos tendem a não aprovar o empréstimo dos plenários aos crentes, ainda que só se manifestem quando interpelados por jornalistas, raramente em plenário. É o caso, por exemplo, da petista já citada Erika Kokay, que não vê com bons olhos a apropriação religiosa das estruturas do Congresso em horário de trabalho. Para ela, em depoimento ao Estadão, o fato reflete a força que as bancadas religiosas têm no Legislativo: “Infelizmente, temos na Câmara uma bancada fundamentalista religiosa, que tem como projeto de poder o rompimento da laicidade do Estado” (BORGES, 2017). Já Jean Wyllys (PSOL/RJ), ao mesmo periódico, embora reconheça como válida a presença de expressões religiosas em audiências públicas, considera “gravíssimo” o uso rotineiro de espaços da Câmara pelas instituições eclesiais, que “não podem se apropriar da instituição como se uma igreja fosse” (BORGES, 2017).

13. Bíblia oficial da Renovação Carismática Católica, publicada pela Editora Ave-Maria, aqui evocada para aludir analogamente os deputados carismáticos.

14. Primeiro tradutor da Bíblia para a língua portuguesa a partir da Vulgata, em 1748. Sua versão, sem os sete deutero-canônicos, é utilizada pelos evangélicos brasileiros.

A regulamentação, a priori, parece chocar-se com o inciso I do artigo 19 da Constituição Federal, que proíbe à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios “estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público” (Brasil, 1988). Trata-se, no caso estudado, de uma clara subvenção a um culto religioso de um credo específico. Não, contudo, na opinião do deputado licenciado Miguel Corrêa (PT/MG): quando atuou como parlamentar ouvidor-geral em 2012, ressaltou que qualquer organização religiosa, “desde que oficialize o seu pedido ao Departamento de Comissões, pode requerer a reserva dos plenários de comissão para professar suas crenças, preservada a laicidade do Estado” (CORRÊA, 2012).

Mesmo que a liberdade religiosa e de consciência represente um dos tópicos fundamentais constantes na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), garantidos no Brasil pela Constituição Federal de 1988, é importante questionar até que ponto suas expressões práticas são lícitas na esfera pública. Afinal, se por um lado a subvenção a cultos é proibida constitucionalmente, por outro, a mesma Carta Magna, no inciso VII do artigo 5º, assegura “nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva”, o que, na prática, torna o discernimento entre o vedado e o permitido quase um milagre.

De qualquer forma, até que ponto a alegada laicidade do Estado é realmente preservada, considerando os flagrantes casos de apoderamento religioso de ambientes públicos vinculados ao Estado verificados

com naturalidade cada vez maior atualmente no país? O grupo de oração da Câmara, dessa maneira, exemplifica a ideia de Mariano (2011), endossada por Ranquetat Júnior (2016), de que, ao Brasil, sem grandes tradições no processo de secularização da sociedade, cabe o conceito de laicidade relativa, ou melhor, de “laicidade à brasileira”. É que o famoso jeitinho nacional fez conciliar, no contato íntimo da religião com a política, uma forma própria de conceber a remediada separação Estado-Igreja: âmbitos cujas fronteiras, no Brasil, entrelaçam-se em gambiarra. Não por acaso, Burity (2007) defende que esteja em voga um perceptível processo de redelimitação das margens da fé e da política, demonstrada não apenas pela inserção progressiva de líderes religiosos na vida pública, mas – como é o caso – também pela apropriação religiosa de espaços públicos.

Considerando essa característica peculiar da laicidade no Brasil, o debate que pode contornar o avanço dos religiosos na política pode ser melhor observável por meio de duas óticas básicas. A primeira delas, menos desfocada, procede do Iluminismo no distante século XVIII, pelo qual o sentimento religioso e suas múltiplas expressões seriam, senão rechaçados, completamente irrelevantes ao Estado, na medida em que estariam limitados à consciência individual e à vida privada dos cidadãos, de modo que integrariam, dessa maneira, um rosário de comportamentos, valores e atitudes pessoais que confirmariam a autêntica autonomia do indivíduo protegido pelo aparato estatal.

Por outro lado, a segunda lente a compor os óculos para ler a laicidade nacional deriva da noção de que, ainda que se invoque a distinção entre o escopo de atuação e relação entre a religião e o Estado, não

há tradição para delimitar tal distinção no Brasil, que costuma fazer vistas grossas, desde o período colonial, à interpenetração dos âmbitos (GIUMBELLI, 2012; ORO; PETROGNANI, 2015).

## 2. Evangelização, fidelização e alianças políticas no GOBEG

As rezas carismáticas semanais nas salas das comissões realizadas pelo Grupo de Oração Beata Elena Guerra, devidamente adornadas com imagens católicas, senão desafiam, alargam ainda mais a noção de laicidade brasileira, já frouxa após séculos de atravessamentos mútuos pela Igreja e pelo Estado. É fato que a realização de tal rito cumpre com um propósito catequético-conversionista (CARRANZA, 2000; PRANDI; VALENTIN, 1998), na medida em que os louvores do grupo abrem uma via para difusão da doutrina – e do domínio – da Igreja Católica no espaço público. Parece certo que esta é uma das dinâmicas que atravessam tanto a criação do grupo de oração na esfera do Congresso Nacional quanto a realização semanal dos encontros.

Contudo, há outras facetas a serem exploradas. Se, por um lado, a declarada independência do Estado em relação à religião é constantemente desafiada por deputados carismáticos que parecem querer transformar o Congresso Nacional num verdadeiro templo católico, por outro, não pode passar despercebido o fato de que a própria religião, manifestada semanalmente nessas liturgias, não escapa ilesa à penetração nesse espaço público: antes, o querigma reveste-se de um discurso fortemente político que, espera-se, resulte em militância eleitoral da parte dos *fiéis-likers*.

A transmissão em tempo real, via plataformas sociais, dessas celebrações caris-

máticas pelos deputados da RCC dão a eles uma onipresença tácita, oportunizando às bases eleitorais que os alçaram a uma cadeira política em Brasília acompanharem a atuação de cada um na defesa de pautas queridas por grande parte dos carismáticos e na consagração que estes pretendem fazer “nas alcovas, nas salas dúbias” (FAGUNDES VARELA, 1957, p. 335) – os espaços de poder da capital do país – campo fértil para a evangelização e a moralização, ao menos, no imaginário dos crentes. É assim que o grupo de oração atua também no sentido de buscar a adesão do eleitorado aos políticos carismáticos, na medida em que serve como estratégia não somente para fidelizar como também para ampliar as bases de apoio de tais agentes religiosos (PALMEIRA; HEREDIA, 2006).

Ademais, e para além da alegada catequização aparentemente despreziosa dos espaços públicos e de seus atores, lê-se na atuação desses deputados vinculados à RCC um maquiavelismo típico, ainda que repaginado, de quem se faz político entre os políticos: daí a necessidade recorrente de manter e ampliar apoiadores mesmo entre colegas de religiões rivais – mas defensores das mesmas agendas morais – e, especialmente, entre os fiéis: eleitores em potencial a serem fidelizados, por meio da veiculação frequente do atendimento das pautas cultivadas por parte do movimento eclesial. Pelo exposto, é possível verificar que o GOBEG é também atravessado pelas práticas que caracterizam a própria esfera da política, transcendendo, portanto, uma suposta exclusividade de fins catequético-conversionistas do espaço público do Estado (MIRANDA, 1999; SILVEIRA, 2008).

Assim, o evento semanal carismático visa a demonstrar o cumprimento dessa demanda, momento em que os deputados

carismáticos afinam o discurso, alinham as pautas e firmam alianças entre os outros parlamentares, preferencialmente católicos ou mesmo evangélicos, em que pese a animosidade destes em relação àqueles fora do ambiente político, demonstrando que o Grupo de Oração molda-se como o ambiente, tão político quanto religioso, numa verdadeira “guerra”, encampada no epicentro do poder, contra a laicidade estatal e, é lógico, pela manutenção dos próprios mandatos.

## Referências

ALMEIDA, R. A visita de Francisco e a abertura do compasso. *Estudos de Religião*, v. 27, n. 2, p. 297-303, jul./dez. 2013.

@EROSBIONDINI. Grupo de Oração Beata Elena Guerra. Publicado em 20 de setembro de 2017, às 08h47. Disponível em: <<https://www.facebook.com/erosbiondini/videos/1506601059419107>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

@DIEGOGARCIADEPUTADO. Grupo de Oração Beata Elena Guerra. Publicado em 13 de setembro de 2017 às 08h43. Facebook, 2017a. Disponível em: <<https://goo.gl/L1fP3j>>. Acesso em: 16 out. 2017.

@DIEGOGARCIADEPUTADO. Grupo de Oração Beata Elena Guerra. Publicado em 27 de setembro às 08h40. Facebook, 2017b. Disponível em: <<https://goo.gl/JXRdy6>>. Acesso em: 17 out. 2017.

@FLAVINHO. #AoVivo | Grupo de Oração Beata Elena Guerra. Publicado em 20 de setembro às 08h46. Facebook. Disponível em: <<https://goo.gl/VeZk5K>>. Acesso em: 17 out. 2017.

BRAGA, Pe. E. *Escritos de Fogo: a correspondência profética entre a Beata Elena Guerra e o Papa Leão XIII sobre o Espírito Santo*. Rio Bonito: Cenáculo Universal, 2015.

BURITY, J.; MACHADO, M. D. C. Os votos de

Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Ed. Massangana, 2006.

BURITY, J. Trajetórias da religião e da modernidade: a narrativa histórica de uma objeção. *Estudos de Sociologia*, v. 13, n. 1, p. 19-48, 2007.

CALGARO, F. Relator é aplaudido após definir família como união entre homem e mulher. G1. Política. Publicado em 02/09/2015. Disponível em: <<https://goo.gl/3WJPxq>>. Acesso em: 17 out. 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Frentes Parlamentares. Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana. Data de Publicação no DCD: 07/04/2015. Disponível em: <<https://goo.gl/uDX-Cxh>>. Acesso em: 15 out. 2017.

CAMURÇA, M. A. A sociologia da religião de Danièle Hervieu-Léger: entre a memória e a emoção. In: TEIXEIRA, F. (Org.). *Sociologia da Religião: enfoques teóricos*. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 249-270.

CARRANZA, B. *Renovação Carismática Católica: origens, mudanças e tendências*. Aparecida: Santuário, 2000.

CHADE, J. Pressionado, Brasil afirma que protege ‘todas as famílias’. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21 set. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/CyTRWF>>. Acesso em: 17 out. 2017.

CIPRIANI, R. A religião no espaço público. In: ORO, A. P.; STEIL, C. A.; CIPRIANI, R.; GIUMBELLI, E. (Orgs.). *A religião no espaço público: atores e objetos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012, p. 15-27.

CNTE. Moção de Repúdio à atitude do Ministério Público do Estado do MS, nas figuras de seu procurador Sérgio Fernando Harfouche e da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Dourados/MS. Publicado em 05 jun. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/zSGKq4>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

CORRÊA, M. Câmara esclarece o uso de depen-

- dências por cultos religiosos. Câmara dos Deputados, Brasília, 10 dez. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/STjN2w>>. Acesso em: 17 out. 2017.
- CUNHA, L. A. A educação na concordata Brasil-Vaticano. *Educação & Sociedade*, v. 30, n. 106, p. 263-280, jan./abr. 2009.
- DEFINA, Pe. J. M. *Vocação de Louvor e Santidade*. Cachoeira Paulista: Canção Nova, 2016.
- EFE. Papa Francisco supera os 40 milhões de seguidores no Twitter. *Exame*. Publicado em: 11 out. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/tecnologia/papa-francisco-supera-os-40-milhoes-de-seguidores-no-twitter>>. Acesso em: 16 fev. 2018.
- FAGUNDES VARELA, L. N. Ave! Maria! In: \_\_\_\_\_. *Poesias completas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957, p. 334-335.
- FERRAZ, A. C. C. O ensino religioso nas escolas públicas. In: PIOVESAN, F.; GARCIA, M. (Orgs.). *Direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 1225-1264.
- FISCHMANN, R. A concordata com a Santa Sé e o debate na Câmara Federal. *Educação & Sociedade*, v. 30, n. 107, p. 563-583, maio/ago. 2009.
- FRANCISCO, Papa. *Discurso do Papa Francisco aos participantes do Congresso do foro Internacional da Ação Católica (FIAC)*. Publicado em 27 abr. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/BtH1nN>>. Acesso em: 13 nov. 2017.
- GALATI, G. *Eusapia Palladino: la più famosa medium italiana di tutti i tempi*. *Revista Query*, n. 14, ano 4, ed. estate. Pádua: CICAP, 2013.
- GALDINO, E. *Estado sem Deus: a obrigação da laicidade na Constituição*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- GIUMBELLI, E. Crucifixos em recintos estatais e monumento do Cristo Redentor: distintas relações entre símbolos religiosos e espaços públicos. In: STEIL, C. A.; CIPRIANI, R.; GIUMBELLI, E.; ORO, A. P. (Orgs.). *A religião no espaço público: atores e objetos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012, p. 45-60.
- GONÇALVES, A. *Teologia da Libertação e Teologia da Prosperidade: caminhos antagônicos*. O Jornal Batista. Edição 51, ano CXI, 18 dez. 2011. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/66tCTH>>. Acesso em: 22 nov. 2017.
- GUERRA, E. G. *Prima lettera a Papa Leone XIII*. Enviada de Lucca a Roma em 17 abr. 1895. Disponível em: <<https://goo.gl/EFsRPS>>. Acesso em: 07 nov. 2017.
- IBGE. *Censo Demográfico (2010)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- JOÃO XXIII, Papa. *Constituição Apostólica Humanae Salutis* (Para a convocação do Concílio Vaticano II). Dada em Roma aos 25 de dezembro de 1961. Disponível em: <<https://goo.gl/vYRqrq>>. Acesso em: 08 nov. 2017.
- LEITE, F. C. L. Liberdade religiosa e objeção de consciência: o problema do respeito aos dias de guarda. In: ORO, A. P.; STEIL, C. A.; CIPRIANI, R.; GIUMBELLI, E. (Orgs.). *A religião no espaço público: atores e objetos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012, p. 157-180.
- LENHARO, A. *A sacralização da política*. Campinas: Unicamp, 1986.
- L'OSSERVATORE ROMANO. *Ao redor da família*. Publicado em: 01 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.osservatoreromano.va/pt/news/ao-redor-da-familia>>. Acesso em: 01 mar. 2019.
- LUNEAU, R.; MICHEL, P. *Nem todos os caminhos levem a Roma*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MACEDO, Bispo E. *Profetas e profetadas*. Publicado em 09 abr. 2013. Disponível em: <<https://blogs.universal.org/bispomacedo/2013/04/09/profetas-e-profetadas>>. Acesso em: 22 nov. 2017.
- MACHADO, M. D. *Mesa: Maria das Dores Machado e Ricardo Mariano*. Publicado em 8 nov. 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/Q6yteo-9Jvg>>. Acesso em: 17 jun. 2017.
- MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. 2 ed. São Paulo:

- Clio, 2012. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=lqmdqtrR4a4C>>. Acesso em: 16 fev. 2018.
- MARIANO, R. Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista. In: SANTOS, H. (Org.). *Debates pertinentes: para entender a sociedade contemporânea*. Porto Alegre: Edipucrs, 2010, p. 112-138.
- MIRANDA, J. *Carisma, sociedade e política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- NETO, C. *Contos da Câmara: depoimentos de servidores nos 180 anos do Legislativo*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007.
- OLIVEIRA, J. F. *Sol nascente, sol poente*. Interpretado por Pe. Zezinho (SCJ). São Paulo: COMEP, c1990. 1 LP.
- ORO, A. P.; PETROGNANI, C. *A laicité em questão: um comentário a um texto de Luca Diotallevi*. *Debates do NER*, v. 27, p. 51-61, 2015.
- PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. O voto como adesão. *Teoria e Cultura*, v. 1, n. 1, p. 35-58, 2006.
- PANTALEÃO FILHO, C. A. *O crucifixo nos tribunais: a neutralidade religiosa e o uso dos espaços públicos*. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.
- PRANDI, R.; VALENTIN, F. F. A Renovação Carismática e a política. In: PRANDI, Reginaldo (Org.). *Um sopro do espírito*. São Paulo: EdUSP, 1998, p. 171-181.
- PROCÓPIO, C. E. P. Carismatismo católico e eleições no Brasil. *Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião*, ano 14, n. 16, p. 79-99, ene./jun. 2012.
- PROCÓPIO, C. E. P. Quando a religião fica perto da política: o caso dos candidatos apoiados pelo catolicismo carismático nas eleições de 2014 no Brasil. *Debates do NER*, ano 16, n. 27, p. 199-232, jan./jun. 2015.
- RANQUETAT JÚNIOR, C. A. *Estudo sobre a controvérsia em torno da presença de símbolos religiosos em espaços públicos*. Jundiá: Paco Editorial, 2016.
- RAVALDINI, S. *Ernesto Bozzano e la ricerca psichica: vita e opere di un pioniere della parapsicologia*. Roma: Edizioni Mediterranee, 1993.
- RITTO, C. Arquivo Nacional vira local de culto. *Veja*. Publicado em 15 jul. 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/arquivo-nacional-vira-local-de-culto>>. Acesso em: 24 nov. 2017.
- RIVERA, P. B. Desencantamento do mundo e declínio dos compromissos religiosos: a transformação religiosa antes da pós-modernidade. *Revista Ciências Sociais e Religião*, v. 4, n. 4, p. 87-104, out. 2002.
- ROTHENBURG, W. C. Religião como direito no estado democrático laico. In: LAZARI, R. J. N.; BERNARDI, R.; LEAL, B. B. (Orgs.). *Liberdade religiosa no Estado democrático de direito: questões históricas, filosóficas, políticas e jurídicas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014, p. 11-47.
- SARMENTO, D. O crucifixo nos tribunais e a laicidade do Estado. In: LOREA, R. A. (Org.). *Em defesa das liberdades laicas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008, p. 189-201.
- SEXUGI, F.; MEZZOMO, F.; PÁTARO, C. À imagem e semelhança: simulacro e hagiografia nas propagandas eleitorais de políticos religiosos. *Revista Todas as Letras*, v. 20, n. 1, 2018.
- SILVEIRA, E. S.; MORAES JÚNIOR, M. R. de. *Religião, política e espaço público no Brasil*. São Paulo: Fonte Editorial, 2015.
- SILVEIRA, E. J. S. Terços, “santinhos” e versículos: A relação entre católicos carismáticos e a política. *Rever – Revista de Estudos da Religião*, ano 8, p. 54-74, mar. 2008.
- SITE OFICIAL DO DEPUTADO DIEGO GARCIA. *Grupo de oração*. Publicado em 9 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.diegogarciapr.com.br/grupo-de-oracao>>. Acesso em: 07 nov. 2017.
- SORIANO, A. G. Thomas Jefferson, a metáfora

do muro de separação entre a igreja e o estado e a liberdade religiosa. In: LAZARI, R. J. N.; BERNARDO, R.; LEAL, B. B. (Orgs.). *Liberdade religiosa no Estado democrático de direito: questões históricas, filosóficas, políticas e jurídicas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014, p. 49-68.

SPECIALE, A. *Benedetto XVI sbarca su Twitter con l'account @Pontifex*. La Stampa. Publicado em: 06 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.lastampa.it/2012/12/06/vaticaninsider/ita/news/benedetto-xvi-sbarca-su-twitter-con-laccoun-t-pontifex-zz7lV3fcb4z6apD0dFrQbL/pagina.html>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

VASSALLO, L. *Ex-diretor do Arquivo Nacional é condenado por 'cultos evangélicos' dentro da instituição*. Estadão. Publicado em 24 nov. 2017. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/ex-diretor-do-arquivo-nacional-e-condenado-por-cultos-evangelicos-dentro-da-instituicao>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

VILANI, T. *FOTOS: veja imagens da exposição "Queermuseu", cancelada após críticas nas redes*. GaúchaZH. Publicado em: 14 ago. 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/artes/noticia/2017/08/fotos-veja-imagens-da-exposicao-queermuseu-cancelada-apos-criticas-nas-redes-9869624.html>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

YOUCAT. *Catecismo Jovem da Igreja Católica*. Edição especial por ocasião da JMJ 2011. Espira: Druckmedien Speyer GmbH, 2011.

## RESUMO

O artigo discute a apropriação de repartições públicas do Congresso Nacional por deputados carismáticos desde 2015, para a realização de encontros semanais do Grupo de Oração Beata Elena Guerra. Visando a contextualizar tal rito e o próprio *ethos* da RCC, selecionamos, como recorte, os encontros realizados em setembro de 2017, por darem maior enfoque à defesa de um modelo tradicional de família, defendido pela Sé Apostólica. A análise das temáticas abordadas e posicionamentos estabelecidos durante os encontros sugerem que o referido Grupo de Oração – que é também transmitido ao vivo pelas redes sociais – constitui-se não apenas como um rito de louvor e evangelização católica no espaço público, mas possibilita igualmente uma publicização dos deputados e demais atores envolvidos e das pautas que transitam no Congresso Nacional, além de se configurar como espaço de estratégias e alianças políticas que envolvem até mesmo os agentes de outras denominações religiosas, como os evangélicos.

## PALAVRAS-CHAVE

Religião. Renovação Carismática Católica. Espaço público.

## ABSTRACT

The paper aims at discussing the appropriation of public offices of the National Congress by charismatic deputies since 2015, to hold weekly meetings of the Beata Elena Guerra Prayer Group. By aiming at contextualizing this rite and the ethos of the CCR itself, we selected, as a cutout, the meetings held in September 2017, that give greater focus to the defense of a traditional model of the family, defended by the Apostolic See. The analysis of the themes and positions established during the meetings suggests that the Prayer Group – which is also live transmitted by social networks – is not only a rite of Catholic praise and evangelization in the public space. It also reinforces the publicity of the deputies and other actors involved as the guidelines that pass in the National Congress, besides of being configured as a space for strategies and political alliances that even involve agents of other religious denominations, such as evangelicals.

## KEYWORDS

Religion. Catholic Charismatic Renovation. Public space.

Recebido em: 03/05/2018

Aprovado em: 01/04/2019